



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / CCSA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA

<http://www.graduacao.ufrn.br/admpublica>

Telefone/Ramal: Não informado

Apresentação | Ensino | Calendário | Projeto Pedagógico do Curso | Notícias | Documentos | Outras Opções

Projeto Pedagógico do Curso**Perfil Profissional:**

O perfil do egresso baseia-se nas características indicadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública – Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 –, sendo permeado pela visão local da realidade brasileira e nordestino-grandense, bem como do atual cenário de restrição do gasto público e necessidade de maior eficiência.

O Bacharel em Administração Pública da UFRN será um profissional de alta competência técnica para atividades meio da gestão pública em diferentes níveis gerenciais, capaz de compreender criticamente o contexto político e econômico que se insere, e por meio do domínio de ferramentas técnicas e da competência científica solucionar problemas públicos em prol de um estado democrático que seja interventivo na diminuição das desigualdades sociais.

Competências e Habilidades do Profissional:

O profissional a ser formado neste curso desenvolverá habilidades e competências por meio de uma formação técnica, humanista e crítica capaz de habilitá-lo ao exercício na administração pública estatal e não estatal. O curso pretende habilitar o futuro profissional para o exercício na administração pública de forma ampla, com ênfase nas particularidades da realidade nacional e local. Conforme as DCNs, pretende-se primordialmente a formação de gestores públicos, que também possam atuar como pesquisadores de fenômenos organizacionais da área de gestão pública, assim como políticos, analistas e formuladores de políticas públicas. A síntese das competências esperadas neste perfil formativo consta no quadro 04.

Quadro 04 - Competências e habilidades para o bacharelado em Administração Pública da UFRN a partir das DCN (2014)

| COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS | | | |
|--|---|---|--|
| RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva | | | |
| ETHOS REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação; | | | |
| COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS | | | |
| POLÍTICAS, PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS PÚBLICOS | ANÁLISE DE PROCESSOS E INDICADORES | COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA | INOVAÇÃO |
| IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública; | V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos; | VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais; | VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças. |

Fonte: Elaborado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado de 13 de janeiro de 2014.

Metodologia:

A matriz curricular constante neste projeto para o Bacharelado em Administração Pública foi construída a partir das orientações constantes nos seguintes documentos oriundos do Ministério da Educação: Parecer CNE/CES n. 776, de 03 de dezembro de 1997 que institui diretrizes curriculares para cursos de graduação; Parecer CNE/CES n. 583 de 04 de abril de 2001 que orienta as diretrizes curriculares para cursos de graduação; Parecer CNE/CES n. 67 de 11 de março de 2003, onde consta a aprovação do referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação; e Resolução Nº 1, de 13 de janeiro de 2014 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Graduação em Administração Pública.

Este PPC atende ainda às normativas da UFRN constantes nos seguintes documentos: Resolução 171/2013-CONSEPE, de 05 de novembro de 2013, que aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Resolução 037/2019-CONSEPE que altera o Regulamento supramencionado; Resolução 037/2019-CONSEPE que regulamenta a inserção curricular de atividades extensionistas; Resolução 026/2019-CONSUNI que institui a Política de Inclusão e Acessibilidade na UFRN; e Resolução 027/2019-CONSUNI que traz a regulamentação da Rede de Apoio à Política de Inclusão e Acessibilidade e Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade da UFRN.

Importa ainda mencionar que a matriz curricular construída à luz dos parâmetros regulamentatórios apresentados, pretende instituir o funcionamento de um curso em que a oferta de Componentes Curriculares Obrigatórios e Componentes Curriculares Opcionais, bem como as Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso atinjam os fundamentos e objetivos propostos neste PPC através da adoção da flexibilidade curricular, interdisciplinaridade e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, tanto como princípio epistemológico e teórico quanto como prática de atuação nas atividades do curso como vê-se em sequência.

A construção do projeto metodológico do curso ancorou-se em três fundamentos principais: a flexibilização curricular, a interdisciplinaridade sistêmica e metodológica e a indissociabilidade entre máximo em seu percurso formativo.

Nós usamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Ao utilizar o SIGAA, você concorda com a política de monitoramento de cookies. Para ter mais informações sobre como isso é feito e como remover, acesse a [Política de cookies](#). Para saber como a UFRN trata os dados, acesse a [Política de Privacidade](#). Se você concorda, clique em Ciente.

Ciente

e lhe conferirá maior autonomia na construção de um os componentes curriculares obrigatórios e optativos

atuação em cenários diversos e oferece cenários e sulte no bem coletivo.

ne esta se constitui na integração entre pressupostos

epistemológicos que se refletem nos caminhos metodológicos assumidos para a organização do ensino, pois, segundo Pires (1990) a proposta interdisciplinar pressupõe a integração entre teoria e prática levando a uma formação integral e contextualizada.

De acordo com Frigotto (1995) a interdisciplinaridade está para além de se compatibilizarem métodos e técnicas de ensino: consiste em um problema ético-político, econômico, cultural e epistemológico, o que neste projeto se consolida na compreensão que o conhecimento científico é em princípio interdisciplinar e que esta interdisciplinaridade, como método de ensino, está para além

da compatibilização de leituras, visões de mundo ou referenciais teóricos. Inclui a organização curricular e as práticas pedagógicas de forma que o conhecimento seja construído numa relação dialógica e dialética, em que as contradições sejam percebidas e trabalhadas.

A interdisciplinaridade epistêmica e metodológica está articulada neste projeto com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que constituem a prática acadêmica nas universidades brasileiras e que está expressa como um princípio no PDI 2020-2029 da UFRN.

A forma orgânica como ensino, pesquisa e extensão se articulam além de produzirem conhecimento e sedimentarem competências individuais, promovem uma retroalimentação de saberes na universidade e para a sociedade, com impactos locais, regionais. O PPC em tela contempla as atividades dessa tríade e também as atividades formativas em extensão que serão descritas mais a frente, demonstrando como essa indissociabilidade ocorre ao longo do curso e da formação do Administrador Público.

Avaliação do Curso:

Para o presente projeto, entende-se a avaliação como um processo contínuo, participativo e parte integrante do processo educativo, na busca pelo alcance dos objetivos traçados para o Curso de Bacharelado em Administração Pública, intencionando seu gradual aprimoramento por meio da busca de superação dos problemas identificados. Nesse intuito, os processos avaliativos devem servir como parâmetros de retroalimentação que subsidiem o realinhamento das ações acadêmicas.

Projeto Pedagógico do Curso: [Baixar Arquivo](#)